

fnde

CHEGANDO 2026 JUNTO

CHEGANDO JUNTO: POLÍTICAS E PROGRAMAS DO FNDE EM TERRITÓRIOS

Brasília, 10 a 12 de março de 2026.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Sumário

Introdução	4
Edição 2026	6
Metodologia	8
Obras.....	9
Financeiro.....	10
Regularidade	10
Desempenho.....	11
Seleção	13
Análise geral dos municípios selecionados.....	15
Análise individual dos municípios selecionados.....	16
Municípios da Região Norte	16
Municípios da Região Centro-Oeste	22
Municípios da Região Nordeste.....	23

Introdução

O projeto FNDE Chegando Junto consiste em iniciativa significativa da Autarquia que, desde 2024, tem se aproximado dos entes federados, instituições e cidadãos. Busca-se aprimorar a realização da sua missão institucional de prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios, em prol da execução das políticas educacionais, e garantir que o apoio federal alcance com eficácia todo o território nacional.

Nesse sentido, o FNDE Chegando Junto intenciona levar, de forma integrada, os programas e projetos desenvolvidos pela autarquia a determinadas regiões do País, selecionadas a partir de indicadores que retratam a necessidade de atuação específica, aproximando o órgão dos entes assistidos.

De maneira prática, o projeto visa acompanhar a execução dos programas e políticas educacionais geridos por esta autarquia, buscando resolver entraves e possibilitar maior regularidade, relativamente a pendências de execução financeira e prestação de contas, monitoramento de obras e uso de sistemas oficiais, e proporcionar maior adesão dos entes, em caráter prioritário:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb);
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico e Ações Integradas - Qualidade e Equidade);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE);
- Programa Caminho da Escola;
- Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC, Retomada de Obras e Obras em Andamento);
- Plano de Ações Articuladas (PAR); e
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Nesse sentido, o FNDE Chegando Junto instaura novo paradigma de integração estratégica da autarquia, contrastando com a perspectiva de fragmentação

da assistência do Fundo, que outrora ocorria de forma isolada por programas. Sua eficácia, portanto, é resultado de desenho focado nos programas, os quais, se adequadamente executados pelos entes, podem promover transformações positivas na gestão educacional.

A atuação sob essa perspectiva integrada permite diagnosticar e solucionar problemas de forma sistêmica, que impactam desde o financiamento até a execução final das políticas pelos entes assistidos. Assim, impulsiona-se a assistência técnica e financeira de qualidade por parte desta autarquia, em favor do federalismo cooperativo. Nesse sentido, convém apresentar breve histórico dessa iniciativa.

Em 2024, inicialmente, o projeto contemplou os 16 municípios do Estado do Amapá (AP) e os 18 municípios do arquipélago do Marajó, no Estado do Pará (PA), ambos na Região Norte do País. No total foram realizados mais de 230 atendimentos, que envolveram gestores locais e órgãos de controle, beneficiando mais de 180 mil estudantes. No estado do Amapá, o projeto possibilitou a habilitação de todos os municípios para o recebimento do Valor Aluno Ano Resultados (VAAR/Fundeb) de 2025, além de reduzir o número de escolas com inadimplências e regularizar pendências com a Receita Federal e outros órgãos, assegurando a continuidade do repasse de recursos. Na mesma edição, na região do Marajó, para além do trabalho de acesso e regularização de pendências da gestão educacional, o destaque foi a retomada de 138 obras educacionais, com um investimento superior a R\$ 121 milhões. Além disso, houve um adicional de quase R\$ 19,3 milhões nos investimentos inicialmente previstos, o que revela a relevância e capilaridade da iniciativa.

Em 2025, por sua vez, as ações foram realizadas em 96 municípios do Maranhão (MA) e 15 municípios de Roraima (RR), onde envolveu, em especial, o diálogo intercultural com povos indígenas. No total foram realizados mais de 500 atendimentos presenciais em polos estratégicos dos estados. No Maranhão houve crescimento significativo das obras aprovadas após a atuação do FNDE, saindo de 335 obras aprovadas para 551, além da retomada de obras que possibilitou a conclusão de 76 obras. Já em Roraima, destaca-se a atenção especial conferida às comunidades indígenas, em que foram aprovadas 79 reformas de obras indígenas (pré-projetos) e 56 obras foram destravadas. Em ambos estados houve redução significativa das inadimplências em prestação de contas do PDDE e do PAR: no Maranhão a redução foi de 70% e em Roraima de 53%.

Edição 2026

Na edição deste ano, o projeto adotará uma metodologia de monitoramento e avaliação para identificar municípios prioritários, com foco nas localidades que possuem escolas indígenas. A iniciativa está alinhada à Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE), que busca assegurar, no âmbito das políticas educacionais e de assistência à educação, o respeito às especificidades e diferenciações dos povos indígenas. O objetivo é subsidiar políticas públicas mais assertivas e garantir os direitos constitucionalmente assegurados a esses povos pela Constituição de 1988.

A Educação Escolar Indígena será o ponto focal para a seleção dos municípios prioritários do Chegando Junto 2026, justamente por se apresentar como realidade desafiadora à execução e à efetividade dos programas do FNDE. Em consonância com a PNEEI-TEE, a iniciativa demonstra o compromisso institucional da autarquia em promover e consolidar o contínuo fortalecimento e desenvolvimento dessa modalidade educacional transversal.

Cabe destacar que a emergência humanitária e sanitária na Terra Indígena Yanomami, localizada entre Roraima e Amazonas, persiste desde janeiro de 2023. A situação foi agravada por casos de desnutrição grave e surtos de malária associados ao garimpo ilegal. Diante desse cenário, o Decreto nº 11.384/2023 instituiu, no âmbito do Governo Federal, um comitê coordenado pela Casa Civil da Presidência da República para articular estratégias interministeriais de enfrentamento à crise, que colocou em risco a vida de cerca de 30,4 mil indígenas.

Entre as atribuições do comitê estão o recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos; o apoio ao combate ao sub-registro civil e à promoção da documentação básica; a inclusão de indígenas em programas de proteção; e a articulação do acesso à saúde, educação, assistência social e outras políticas públicas. Embora as ações federais tenham contribuído para reduzir as mortes por desnutrição, os casos de malária permanecem elevados. Nesse contexto, o governo intensificou as ações de fiscalização, com mais de 9 mil operações de segurança realizadas entre 2024 e 2026.

Os desafios de adequar os programas do FNDE ao contexto da educação indígena decorrem de levantamentos realizados na edição de 2025 do Chegando Junto em Roraima, especialmente nos Territórios Etnoeducacionais Ye'kwana e Yanomami. As análises apontaram a necessidade de fortalecer uma governança institucional mais adaptada às especificidades dessa modalidade educacional, o que reforça a pertinência do enfoque temático adotado para a edição de 2026, com vistas à mitigação de riscos e desigualdades educacionais.

Somado às ações já desenvolvidas nas edições anteriores — voltadas ao desbloqueio de recursos federais, à superação de ineficiências sistêmicas e ao aprimoramento da execução das políticas educacionais nos entes assistidos —, o novo enfoque busca garantir que os recursos públicos se traduzam em melhorias concretas para a realidade educacional dos povos indígenas. Para isso, estão

previstas atividades de atendimento e capacitação presencial de gestores na capital, o que pode contribuir para reduzir prazos, minimizar entraves burocráticos e ampliar a resolutividade das pendências municipais junto ao FNDE.

Assim, a edição de 2026 adotará intervenções focalizadas nas necessidades identificadas nos entes prioritários selecionados para serem assistidos pelos técnicos da autarquia, com o objetivo de mitigar riscos estruturais, enfrentar obstáculos de infraestrutura e promover maior equidade na educação indígena:

- nos 15 municípios de Roraima atendidos na edição anterior;
- em municípios de outras regiões e estados brasileiros que enfrentam desafios relacionados à educação indígena, conforme a metodologia apresentada a seguir.



Metodologia

A metodologia adotada para a seleção dos municípios prioritários a serem atendidos em 2026 utilizou como ferramenta de apoio um sistema de Business Intelligence (BI) desenvolvido especialmente para o programa, consolidado no “Painel - Chegando Junto 2026”.

O painel apresenta, de forma interativa, um panorama das políticas educacionais viabilizadas por esta autarquia, com base nos recortes de análise a seguir:

Quadro 1. Fontes de dados adotadas para a construção do Painel - Chegando Junto 2026.

Aba temática	Base de dados
Obras	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC)
Uso dos recursos	Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF), Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) e CorpFNDE
Prestação de contas	SIGPC
Desempenho	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O processo de priorização partiu da identificação dos municípios brasileiros com presença de escolas indígenas com obras não concluídas, nas quais foram consideradas as canceladas, as paralisadas e as inacabadas. Dessa forma, foi gerada uma listagem inicial de 59 municípios.

Com base nessa lista primordial, buscando indicar os municípios prioritários para o projeto, adotou-se como metodologia a combinação de indicadores, os quais serviram para compor uma métrica de avaliação, a partir de pesos para ponderação da criticidade:

Quadro 2. Indicadores adotados para priorização de municípios.

Indicador	Peso	Descrição
Obras	0,4	Situação das obras escolares, quantidade de obras canceladas, paralisadas e inacabadas.
Financeiro	0,3	Volume de recursos não executados e falta de execução (PDDE e PNAE).
Regularidade	0,2	Avaliação de suspensões no PDDE, e pendências dos entes na prestação de contas, inadimplência do PNAE e PNATE, no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC) e Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Educação (SIOPE).
Desempenho	0,1	Municípios com IDEBs mais baixos recebem maior pontuação.

O somatório dos indicadores foi utilizado para compor uma nota final assim definida: Obras + Financeiro + Regularidade + Desempenho. A maior nota para cada indicador corresponde à situação com maior criticidade, possibilitando, portanto, a composição de gradiente de priorização. Para cada indicador acima definido, foram adotados os seguintes parâmetros para pontuação:

OBRAS

Objetivo: Identificar os gargalos físicos mais graves, sobretudo entes com maior número de obras não concluídas, compreendendo as obras canceladas, paralisadas e inacabadas.

Quadro 3. Faixas de classificação por quantidade de obras não concluídas e respectivas pontuações.

Faixas por quantidade de obras	Pontuação
1 obra	0,1
2 a 3 obras	0,2
4 a 9 obras	0,3
Acima de 10 obras	0,4

FINANCEIRO

Objetivo: Identificar ineficiência na gestão dos recursos, com base em dois critérios: o quantitativo de saldo não executado; e o percentual dos recursos que foram repassados, mas que não foram aplicados nos programas.

Quadro 4. Faixas de classificação por saldo financeiro não executado e respectivas pontuações.

Faixas de saldo não executado (R\$)	Pontuação
Até 100 mil	0
De 100 mil a 499 mil	0,05
De 500 mil a 999 mil	0,1
Acima de 1 milhão	0,15

Quadro 5. Faixas de classificação por percentual de saldo repassado, mas não executado, e respectivas pontuações.

Faixas de percentual de saldo repassado, mas não executado	Pontuação
Até 9%	0
De 10% a 29%	0,05
De 30% a 49%	0,1
Acima de 50%	0,15

REGULARIDADE

Objetivo: Medir a regularidade administrativa e a capacidade do município de receber novos recursos, por meio da porcentagem da suspensão de escolas atendidas pelo PDDE, da indicação de inadimplência no PNAE e no PNATE, e da quantidade de itens com pendência no extrato relativo aos dados do SIOPE.

Quadro 6. Faixas de classificação do PDDE pela porcentagem de escolas com atendimento suspenso por município.

Faixas de % de escolas com atendimento suspenso no município	Pontuação
Até 9%	0
De 10% a 59%	0,02
Acima de 60%	0,04

Quadro 7. Classificação dos Programas PNAE E PNATE a partir da situação de adimplência por Programa.

Situação de adimplência por Programa	Pontuação
Adimplente	0
Inadimplente	0,03

Quadro 8. Faixas de classificação por quantidade de itens com pendência no CAUC e SIOPE e respectivas pontuações.

Faixas de quantidade de itens com pendência	Pontuação
Sem pendências	0
De 1 a 3	0,05
De 4 a 5	0,10

DESEMPENHO

Objetivo: Priorizar municípios com pior desempenho educacional, sob a premissa de que a infraestrutura precária impacta o aprendizado. Para isso, foi utilizada a nota do IDEB nas modalidades: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Para a definição da nota média, por sua vez, foi elaborada a média ponderada entre as modalidades, considerando o seguinte peso para cada modalidade: Ensino Fundamental I (30%), Ensino Fundamental II (30%) e Ensino Médio (40%). Nos

municípios em que não há as três modalidades, foi realizada a média somente entre as existentes.

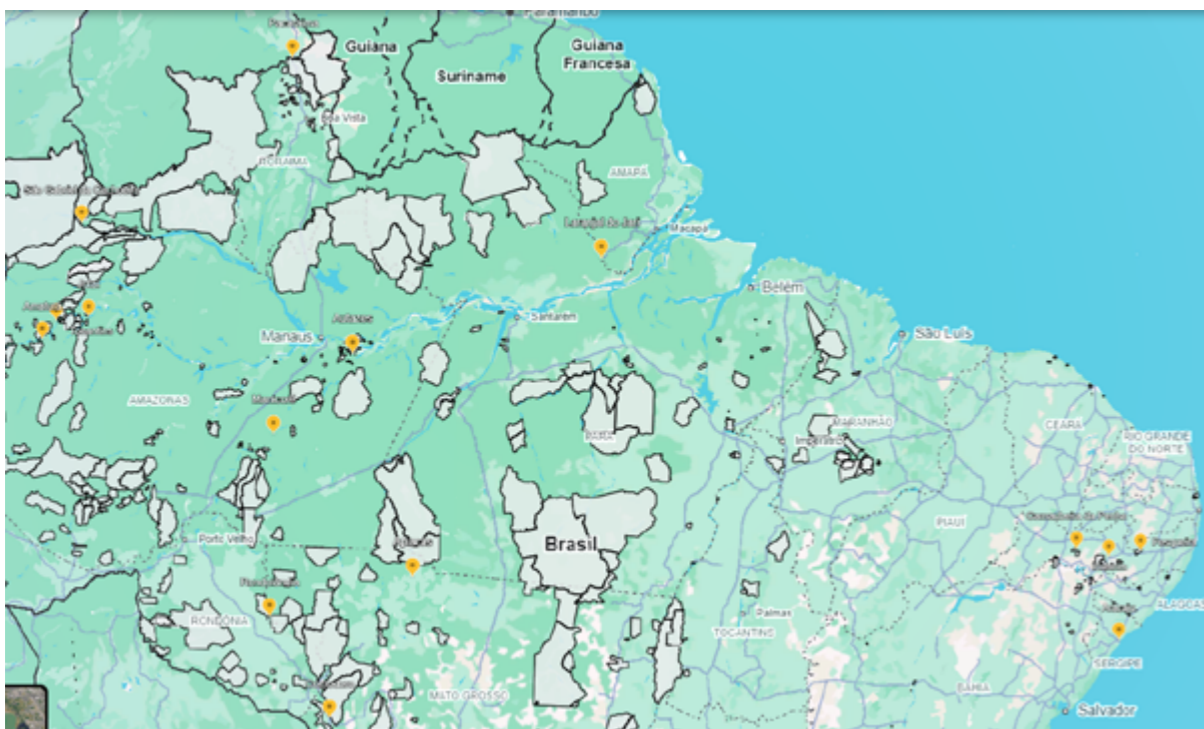
Quadro 9. Faixas de classificação por nota média no IDEB e respectivas pontuações.

Faixas de nota média do IDEB	Pontuação
Acima de 6,0	0
Entre 4,0 e 5,9	0,05
Até 3,9	0,1

Buscou-se com a estratégia proposta não apenas gerar *ranking* que identifique os municípios que necessitam de maior atenção, como também consolidar indicadores para orientar priorizações assertivas dos que mais requerem do suporte técnico-financeiro desta Autarquia.

Considerando o somatório das notas, selecionam-se os demais municípios para a Edição 2026.

Imagem 1. Mapa com distribuição espacial dos municípios, segundo a metodologia (marcadores amarelos)



Seleção

Diante dos critérios de seleção expostos, recomenda-se a assistência técnica e financeira prioritária, por via presencial ou virtual, pelo projeto “FNDE Chegando Junto - Edição 2026 - Indígena”, aos seguintes 69 municípios:

Quadro 10. Lista dos municípios prioritários para o projeto FNDE Chegando Junto - Edição 2026.

Regiões	Estados	Municípios prioritários
Norte	Amapá	Laranjal do Jari Oiapoque
	Amazonas	Amaturá Atalaia do Norte Autazes Barreirinha Borba Carauari Careiro Envira Jutaí Manicoré Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira Tonantins
	Pará	Capitão Poço Jacareacanga Oriximiná
	Roraima	Alto Alegre Amajari Boa Vista Bonfim Cantá Caracaraí Caroebe Iracema Mucajaí Normandia Pacaraima Rorainópolis São João da Baliza São Luiz Uiramutã
	Tocantins	Goiatins Itacajá Lagoa da Confusão

Regiões	Estados	Municípios prioritários
Centro-Oeste	Mato Grosso	Apiacás Canarana Comodoro Gaúcha do Norte Marcelândia Nova Nazaré Rondolândia São Félix do Araguaia São José do Xingu
	Mato Grosso do Sul	Bela Vista Tacuru
Nordeste	Bahia	Buerarema Glória Ilhéus Pau Brasil
	Maranhão	Amarante do Maranhão Barra do Corda Bom Jardim Grajaú
	Paraíba	Baía da Traição
	Pernambuco	Buíque Carnaubeira da Penha Ibimirim Jatobá Pesqueira Salgueiro
	Sergipe	Aracaju Canindé de São Francisco Monte Alegre de Sergipe Poço Verde Porto da Folha Tobias Barreto
Sul	Rio Grande do Sul	Tenente Portela

Foram estabelecidos critérios baseados em indicadores para a seleção dos municípios, resultando, inicialmente, em uma lista de 69 entes. Desse total, incluem-se os 15 municípios de Roraima, considerados em razão de suas especificidades, que tornam o estado estratégico para o enfoque temático em Educação Escolar Indígena. Embora tenham sido observados avanços decorrentes da edição de 2025 do projeto, entende-se que o reforço da atuação do FNDE naquela unidade federativa ainda se faz necessário, tendo em vista que o cenário educacional permanece desafiador, podendo ser aprimorado por meio do atendimento institucional e da qualificação de técnicos e gestores em Brasília/DF. Os demais 54 municípios selecionados apresentam desafios semelhantes aos identificados no caso paradigmático de Roraima.

Para tanto, foi adotada metodologia fundamentada em critérios de priorização, com ênfase na Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais. A seleção ocorreu a partir de um escore de criticidade, construído mediante a combinação ponderada de indicadores relacionados à inexecução de obras, aos elevados montantes de recursos repassados – tanto em termos absolutos quanto relativos –, à regularidade na execução e aos baixos índices educacionais.

Ressalta-se que foi elaborado um ranking dos municípios previamente à definição do quantitativo de participantes, com o objetivo de dispor de alternativas a serem priorizadas conforme o nível de criticidade identificado. A definição final de 30 municípios decorreu de deliberação da Presidência, considerando a disponibilidade de recursos necessários para a execução do projeto Chegando Junto.

Análise geral dos municípios selecionados

O presente relatório apresenta uma análise descritiva da situação da infraestrutura educacional, da execução de recursos e de indicadores educacionais em 30 municípios brasileiros acompanhados em ações de assistência técnica e monitoramento de políticas educacionais pelo projeto Chegando Junto em 2026.

A análise integra dados de obras financiadas ou apoiadas pelo FNDE, execução de recursos, regularidade de programas federais e indicadores de qualidade educacional.

Também foram incorporadas informações do Censo Escolar 2024, principal levantamento estatístico da educação básica brasileira, e do IDEB 2023, indicador nacional que mede a qualidade do ensino com base no desempenho dos estudantes e nas taxas de fluxo escolar.

Na análise geral, os dados dos 30 municípios selecionados revelam padrões importantes na educação municipal brasileira:

- 1. Alta taxa de obras paralisadas:** A maioria dos municípios apresenta mais de 70% de saldo não executado, indicando dificuldades na execução de recursos do FNDE.
- 2. Suspensões de recursos:** Municípios com maior número de escolas tendem a ter mais suspensões, como Aracaju (92) e Boa Vista (50).
- 3. Desempenho no Ideb:** Os anos iniciais do ensino fundamental apresentam melhores resultados que os anos finais e o ensino médio, confirmando a tendência nacional de queda nas etapas posteriores.
- 4. Educação indígena:** Municípios com maior percentual de obras em áreas indígenas, como Normandia (50%) e Pacaraima (55%), enfrentam desafios adicionais na execução de políticas educacionais.

5. Regularidade nos programas: A maioria dos municípios mantém regularidade no PNAE e PNATE, mas as irregularidades no CAUC são frequentes, especialmente em Roraima.

Análise individual dos municípios selecionados

Municípios da Região Norte

ALTO ALEGRE (RR)

O município de Alto Alegre, localizado em Roraima, possui 49 escolas segundo o Censo 2024, sendo 10 delas com suspensão de recursos em 2025. A rede municipal, predominante na região, é responsável pela maioria das 12 obras registradas, uma delas em área indígena. Apenas uma obra está em execução, refletindo o saldo não executado de R\$ 2,17 milhões (76,5% do total disponibilizado). Com 3 prestações de contas inadimplentes, o município apresenta regularidade no PNAE e PNATE, mas registra 5 irregularidades no CAUC relativas ao SIOPE. O Ideb 2023 é de 4,5 nos anos iniciais (abaixo da meta nacional de 6,0), 3,7 nos anos finais e 3,4 no ensino médio, indicando desafios na qualidade do ensino.

Do ponto de vista da gestão educacional, o município recebeu recursos federais destinados à infraestrutura escolar, parte dos quais já executados, restando saldo ainda pendente de aplicação. Há registros de inadimplência em prestações de contas vinculadas a programas educacionais, o que exige atenção administrativa para regularização junto ao FNDE.

A rede pública local atende comunidades urbanas, rurais e diversas comunidades indígenas, característica que exige estratégias pedagógicas e logísticas específicas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes.

AMAJARI (RR)

Amajari se destaca pelo elevado número de obras (70), com 2 em terras indígenas (2,9%). Das 56 escolas do município, 26 estão com suspensão de recursos em 2025. Apenas uma obra foi concluída, enquanto outra está paralisada. O total disponibilizado de R\$ 1,09 milhão apresenta saldo não executado de R\$ 714 mil (65,5%). Há 2 inadimplências na prestação de contas, envolvendo 1 ente e 1 entidade. Diferentemente da maioria dos municípios da região, Amajari apresenta irregularidades tanto no PNAE quanto no PNATE, além de 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,6 (iniciais), 3,2 (finais) e 2,9 (médio), com os anos finais e ensino médio abaixo da média regional.

Destaca-se a presença de obras destinadas a escolas indígenas, refletindo a importância da educação escolar indígena na estrutura educacional do município. Esse aspecto representa parcela significativa da rede de ensino e demanda políticas diferenciadas de gestão educacional.

Esses resultados indicam desafios estruturais e pedagógicos que estão relacionados à dispersão territorial das escolas e às características socioeducacionais da população atendida.

AMATURÁ (AM)

A rede municipal atende predominantemente populações ribeirinhas e comunidades localizadas em áreas de difícil acesso na região amazônica. Esse contexto exige soluções logísticas específicas para transporte escolar e manutenção das unidades educacionais.

Com 31 escolas, Amaturá tem 5 delas com suspensão em 2025. Das 13 obras registradas, todas as 5 em áreas indígenas estão paralisadas ou canceladas. O total de R\$ 3,65 milhões disponibilizados tem saldo não executado de R\$ 1,91 milhão (52,4%). As 2 inadimplências na prestação de contas envolvem 2 entes e 2 entidades. O município mantém regularidade no PNAE e PNATE, sem irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 apresenta 3,8 nos anos iniciais, 4,0 nos anos finais e 3,2 no ensino médio, com os anos finais superando os iniciais, padrão incomum na região.

AUTAZES (AM)

O município apresenta obras educacionais financiadas ou apoiadas pelo FNDE, distribuídas entre unidades concluídas e outras ainda em execução.

A rede educacional atende comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, com forte dependência do transporte escolar fluvial. Essa característica influencia diretamente a organização da rede e o acesso dos estudantes às escolas.

Autazes possui 61 escolas, 18 com suspensão em 2025. Das 26 obras, as 4 em áreas indígenas encontram-se paralisadas. O expressivo saldo não executado de R\$ 7,69 milhões (86,8% dos R\$ 8,86 milhões disponibilizados) indica baixa execução dos recursos. Há 1 inadimplência, com regularidade no PNAE e PNATE, mas 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,6 (iniciais), 4,1 (finais) e 3,1 (médio), com queda acentuada no ensino médio.

BOA VISTA (RR)

A rede pública atende uma população crescente, marcada por fluxos migratórios recentes e pela presença de comunidades indígenas.

O município possui diversas obras educacionais apoiadas pelo FNDE voltadas à expansão da rede escolar e melhoria da infraestrutura educacional.

A capital de Roraima, com 272 escolas, tem 50 com suspensão em 2025. Das 64 obras, nenhuma em área indígena, todas ativas. O total disponibilizado de R\$ 118,27 milhões tem saldo não executado de R\$ 65,69 milhões (55,5%). As 4 inadimplências

envolvem 3 entes e 3 entidades. O município mantém regularidade nos programas e nenhuma irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,7 nos anos iniciais, 4,4 nos anos finais e 3,7 no médio, com os anos iniciais próximos à meta nacional e acima da média das capitais do Norte.

BONFIM (RR)

A rede educacional atende comunidades urbanas e rurais situadas na região de fronteira internacional.

O município apresenta obras educacionais acompanhadas pelo FNDE destinadas à melhoria da infraestrutura escolar.

Bonfim possui 42 escolas, 11 com suspensão em 2025. Com 76 obras (segundo maior da amostra), 6 em áreas indígenas (7,9%), registra 4 concluídas e 2 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 2,75 milhões representa 86% dos R\$ 3,19 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 4,7 (iniciais), 3,8 (finais) e 3,1 (médio).

CANTÁ (RR)

A rede municipal apresenta presença significativa de escolas rurais e indígenas.

O município apresenta obras educacionais financiadas pelo FNDE voltadas à ampliação da infraestrutura escolar.

Cantá tem 53 escolas, 11 com suspensão em 2025. Das 7 obras, 1 em área indígena foi concluída. O saldo não executado de R\$ 2,30 milhões representa 83,4% dos R\$ 2,76 milhões disponibilizados. Há 1 inadimplência, com regularidade nos programas, mas 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,7 (iniciais), 3,5 (finais) e 3,1 (médio).

CARACARAÍ (RR)

A rede educacional atende comunidades distribuídas ao longo de rodovias e regiões ribeirinhas.

Com 39 escolas, 23 com suspensão em 2025. Das 9 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 2,09 milhões representa expressivos 91,5% dos R\$ 2,29 milhões disponibilizados. As 5 inadimplências envolvem 2 entes e 2 entidades. Regularidade nos programas, mas 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,4 (iniciais), 4,1 (finais) e 3,8 (médio).

CAROEBE (RR)

Caroebe possui 22 escolas, 18 com suspensão em 2025. Das 7 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 1,41 milhão

representa 82,4% dos R\$ 1,71 milhão disponibilizados. As 3 inadimplências envolvem 1 ente e 1 entidade. Regularidade nos programas, mas 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,9 nos anos iniciais, sem dados para as demais etapas.

IRACEMA (RR)

Iracema tem 26 escolas, 5 com suspensão em 2025. Das 9 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 848 mil representa impressionantes 95,1% dos R\$ 892 mil disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, mas com 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,3 (iniciais), sem dados para finais e 3,6 (médio).

JUTAÍ (AM)

Jutaí possui 88 escolas, 40 com suspensão em 2025. Das 21 obras, as 6 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 6,18 milhões representa 94% dos R\$ 6,58 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 4,2 (iniciais), 3,3 (finais) e 2,6 (médio), com o ensino médio entre os mais baixos da amostra.

LARANJAL DO JARI (AP)

O município amapaense tem 71 escolas, 26 com suspensão em 2025. Das 38 obras, 22 em áreas indígenas (57,9%), com apenas 1 concluída e 21 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 4,80 milhões representa 85,5% dos R\$ 5,61 milhões disponibilizados. Há 1 inadimplência, com regularidade nos programas e 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,8 (iniciais), 3,6 (finais) e 3,7 (médio).

MANICORÉ (AM)

Manicoré possui 155 escolas (maior rede da amostra amazonense), 16 com suspensão em 2025. Das 32 obras, as 4 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 9,33 milhões representa 87,9% dos R\$ 10,62 milhões disponibilizados. As 5 inadimplências envolvem 4 entes e 4 entidades. Regularidade nos programas, mas 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,1 (iniciais), 4,6 (finais) e 3,3 (médio).

MUCAJAÍ (RR)

Mucajaí tem 25 escolas, 7 com suspensão em 2025. Das 7 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 2,49 milhões representa 84,5% dos R\$ 2,95 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, mas com 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,4 (iniciais), 4,1 (finais) e 3,8 (médio).

NORMANDIA (RR)

Normandia possui 124 escolas, 50 com suspensão em 2025. Das 8 obras, 4 em áreas indígenas (50%), com 1 concluída e 3 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 3,08 milhões representa 86,3% dos R\$ 3,57 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 4,6 (iniciais), 3,5 (finais) e 2,9 (médio).

PACARAIMA (RR)

Pacaraima tem 272 escolas (mesmo número de Boa Vista), 50 com suspensão em 2025. Das 7 obras, 4 em áreas indígenas (55%), com 1 concluída e 3 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 3,39 milhões representa 73,4% dos R\$ 4,62 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, mas com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 apresenta apenas dados para ensino médio: 3,4.

RORAINÓPOLIS (RR)

Rorainópolis possui 45 escolas, 15 com suspensão em 2025. Das 12 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 4,00 milhões representa 92,5% dos R\$ 4,32 milhões disponibilizados. As 20 inadimplências (maior número da amostra) envolvem 9 entes e 9 entidades. Regularidade nos programas, mas 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,4 (iniciais), 4,2 (finais) e 3,4 (médio).

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)

O município possui 181 escolas, 35 com suspensão em 2025. Das 24 obras, 15 em áreas indígenas (62,5%), com apenas 1 concluída e 14 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 10,11 milhões representa 85,5% dos R\$ 11,82 milhões disponibilizados. As 14 inadimplências envolvem 10 entes e 10 entidades. Regularidade nos programas, mas 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,4 (iniciais) e 3,9 (finais), sem dados para ensino médio.

SÃO JOÃO DA BALIZA (RR)

O município tem 12 escolas, 4 com suspensão em 2025. Das 5 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 1,30 milhão representa 91,8% dos R\$ 1,41 milhão disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, mas com 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,6 (iniciais), 3,7 (finais) e 2,8 (médio).

SÃO LUIZ (RR)

Com 12 escolas, 4 com suspensão em 2025. Das 3 obras, nenhuma em área indígena ou em execução. O saldo não executado de R\$ 1,08 milhão representa

84,5% dos R\$ 1,28 milhão disponibilizados. As 2 inadimplências envolvem 2 entes e 2 entidades. Regularidade nos programas, sem irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 4,6 (iniciais) e 3,8 (finais), sem dados para ensino médio.

TONANTINS (AM)

Tonantins possui 71 escolas, 29 com suspensão em 2025. Das 15 obras, as 5 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 4,24 milhões representa expressivos 96,2% dos R\$ 4,40 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, mas com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 3,8 (iniciais), 3,9 (finais) e 3,0 (médio).

UIRAMUTÃ (RR)

Uiramutã possui 117 escolas, 23 com suspensão em 2025. Das 7 obras, as 3 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 2,21 milhões representa 77,6% dos R\$ 2,85 milhões disponibilizados. As 3 inadimplências envolvem 2 entes e 2 entidades. Regularidade nos programas, sem irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 apresenta apenas 2,7 no ensino médio, o mais baixo da amostra.

Municípios da Região Centro-Oeste

APIACÁS (MT)

O município apresenta obras de infraestrutura educacional apoiadas pelo FNDE, destinadas principalmente à expansão da rede e melhoria das condições de funcionamento das escolas.

A rede educacional atende tanto áreas urbanas quanto comunidades rurais, com desafios relacionados à dispersão territorial e à manutenção da infraestrutura educacional.

Apiacás tem 10 escolas, 3 com suspensão em 2025. Das 6 obras, 2 em áreas indígenas, todas paralisadas. O saldo não executado de R\$ 752 mil representa 43,9% dos R\$ 1,71 milhão disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,0 (iniciais), 4,8 (finais) e 4,5 (médio), com o ensino médio entre os mais altos da amostra.

COMODORO (MT)

Comodoro não registra escolas com suspensão em 2025. Das 13 obras, 8 em áreas indígenas, com 4 concluídas e 4 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 1,37 milhão representa 43,8% dos R\$ 3,14 milhões disponibilizados. Sem inadimplências,

mantém regularidade nos programas, com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,9 (iniciais), 4,9 (finais) e 4,1 (médio), com os anos iniciais próximos à meta nacional.

NOVA NAZARÉ (MT)

Nova Nazaré tem 13 escolas, nenhuma com suspensão em 2025. Das 11 obras, 7 em áreas indígenas, com 1 em execução e 6 paralisadas. O saldo não executado de R\$ 724 mil representa 89,9% dos R\$ 806 mil disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,1 (iniciais), sem dados para finais e 3,5 (médio).

RONDOLÂNDIA (MT)

Rondolândia possui 12 escolas, 10 com suspensão em 2025. Das 6 obras, 4 em áreas indígenas, todas paralisadas. O saldo não executado de R\$ 476 mil representa 79,1% dos R\$ 602 mil disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas, com 1 irregularidade no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,3 (iniciais), 5,1 (finais) e 3,3 (médio).

Municípios da Região Nordeste

ARACAJU (SE)

No acompanhamento de obras educacionais apoiadas pelo FNDE, o município apresenta empreendimentos voltados à expansão da oferta educacional e à melhoria da infraestrutura das unidades escolares.

A rede pública atende população urbana diversificada e enfrenta desafios relacionados à ampliação da qualidade do ensino e à redução das desigualdades educacionais.

A capital sergipana possui 412 escolas (maior rede da amostra), 92 com suspensão em 2025. Das 33 obras, 4 em áreas indígenas, todas paralisadas. O total disponibilizado de R\$ 184,86 milhões tem saldo não executado de R\$ 72,05 milhões (39%). As 56 inadimplências envolvem 1 ente e 33 entidades. Regularidade nos programas, mas 5 irregularidades no CAUC. O Ideb 2023 é de 5,2 (iniciais), 4,2 (finais) e 3,9 (médio), com os anos iniciais acima da média das capitais nordestinas.

CARNAUBEIRA DA PENHA (PE)

O município pernambucano tem 75 escolas, 7 com suspensão em 2025. Das 7 obras, as 4 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de

R\$ 3,36 milhões representa 75,7% dos R\$ 4,44 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 5,5 (iniciais) e 5,6 (finais), este último acima da média nacional e próximo às melhores colocações do estado.

IBIMIRIM (PE)

Ibimirim possui 32 escolas, 3 com suspensão em 2025. Das 10 obras, as 2 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 2,75 milhões representa 71,9% dos R\$ 3,83 milhões disponibilizados. Sem inadimplências, mantém regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 5,1 (iniciais), 4,9 (finais) e 4,2 (médio).

PESQUEIRA (PE)

Pesqueira tem 106 escolas, 13 com suspensão em 2025. Das 14 obras, as 4 em áreas indígenas estão paralisadas. O saldo não executado de R\$ 7,87 milhões representa 87,7% dos R\$ 8,98 milhões disponibilizados. Há 1 inadimplência, com regularidade nos programas. O Ideb 2023 é de 5,2 (iniciais), 4,7 (finais) e 4,5 (médio), com evolução consistente entre as etapas.

fn de

2026

CHEGANDO JUNTO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

